

Processos subjetivos no fenômeno da automutilação: um estudo de caso

Estudante: Teresa Salim de Araújo

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Deusdará Mori

Brasília

Novembro de 2024.

Processos subjetivos no fenômeno da automutilação: um estudo de caso

Teresa Salim de Araújo

Dissertação apresentada ao Centro

Universitário de Brasília como requisito

parcial para a obtenção do título de

Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Mori

Brasília- DF

Novembro de 2024

Folha de Avaliação**Autora: Teresa Salim de Araújo****Título: Processos subjetivos no fenômeno da automutilação: um estudo de caso.****Banca Examinadora**

**Profa. Dra: Valéria Deusdara Mori- Orientadora-Centro Universitário de
Brasília**

**Profa. Dra. Marília dos Santos Bezerra- Membro Interno- Centro Universitário
de Brasília**

Profa. Dra. Ciomara Schneider- Membro Externo- CREARE

Profa. Dra. Vannuzia Leal Peres- Membro suplente - Puc. Goiás**Brasília DF, novembro de 2024.**

Agradecimentos

Este trabalho é o resultado de constantes aprimoramentos e construções significativas, tendo seus altos, baixos, pedras no caminho e flores ao redor que só foram superados a partir de todo o apoio, cuidado, paciência e escuta de todas as pessoas que acreditaram em mim, mesmo naqueles momentos que não me sentia apta ou segura. Tenho segurança sobre uma coisa: esse ciclo não se encerrou e será um constante vir-a- ser.

Não posso afirmar que a experiência da automutilação é um processo simples, linear, uma receita de bolo encontrada na internet. É um processo doloroso, obscuro, ambíguo, delicado, cuidadoso, paciente e duradouro que só foi possível superá-lo e ressignificá-lo diariamente por todos os profissionais presentes na minha vida e pela minha determinação e destreza. A todos que lidam com esse caminho tortuoso, há esperança de cuidado genuíno e ressignificar tamanha dor e sofrimento.

Agradeço primeiramente à Valéria Mori, por cada diálogo. Ser supervisionada e orientada por você foram experiências cheias de zonas de sentidos significativos, um destes é a admiração que tenho por você como professora e colega de profissão, não apenas pelos momentos de diálogos nas supervisões, mas também pelas disciplinas que pude ter o prazer de aprender com você e nos momentos de cuidados nos corredores.

Agradeço aos professores que administraram tantas disciplinas importantes e desafiadoras, no caminhar do mestrado, instigando e gerando reflexões tão necessários para a minha formação acadêmica e crescimento profissional.

Agradeço àqueles que me acompanharam, no decorrer do meu processo, mas que por diversos motivos encontram-se em novos caminhos. Àqueles que suportaram, dividiram,

acolheram e amadureceram nessa troca mútua, seja pelos atendimentos clínicos quanto a mais pura e genuína relação de amor.

Agradeço profundamente à minha família, por me ensinar a persistir, correr atrás dos meus sonhos, ser grata, a ser forte e segura, mesmo nos caminhos mais esburacados. Por acreditarem no meu potencial como pessoa e profissional, mesmo não estando tão segura e orgulhosa de mim, vocês sempre torceram por mim!

Eu acolho e cuido do Eu do passado, do presente e do futuro em todo o processo de escrita, ressignificar tamanho sofrimento e oferecer um tipo de cuidado que não me foi oferecido, na época. Descobri uma força interna e imensa para não desistir do processo.

E, por fim, agradeço à Deus pela fé, pelas oportunidades de crescimento, pelo carinho e força para superar tantos caminhos.

Resumo

O estudo se concentra em um caso específico de um jovem de 26 anos que apresenta histórico de automutilação, buscando compreender como esse fenômeno se configura subjetivamente e quais são suas implicações emocionais e sociais. O trabalho é dividido em capítulos que abordam a fundamentação teórica, a metodologia utilizada e a análise do caso. No primeiro capítulo, a autora discute a Teoria da Subjetividade, enfatizando a importância do desenvolvimento subjetivo e a inter-relação entre o social e o individual. A adolescência é apresentada como um período crítico de transição, onde as pressões sociais e familiares podem levar a comportamentos de risco, como a automutilação. No segundo capítulo, a autora analisa a dinâmica familiar e social do participante, destacando como a religiosidade e as expectativas familiares influenciam sua subjetividade e suas escolhas. A automutilação é interpretada como uma forma de comunicação de sofrimento e angústia, refletindo a dificuldade do indivíduo em expressar suas emoções em um contexto social familiar marcado pelo silêncio e pela rigidez. O método construtivo-interpretativo é utilizado para coletar dados por meio de dinâmicas conversacionais, permitindo que o participante revele suas experiências e significados subjetivos. A pesquisa destaca a importância do diálogo como um espaço de construção de conhecimento, onde a subjetividade do participante é central. As considerações finais da dissertação ressaltam a complexidade da transição da adolescência para a vida adulta, enfatizando a necessidade de intervenções que promovam o protagonismo e a autonomia dos jovens. A autora sugere que futuras pesquisas explorem a relação entre identidade, pertencimento e saúde mental, além de investigar o impacto das crenças religiosas e das políticas públicas no desenvolvimento subjetivo de jovens em situações de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Automutilação, Adolescência, Teoria da Subjetividade, Desenvolvimento Subjetivo

Abstract

The study focuses on a specific case of a 26-year-old man with a history of self-harm, seeking to understand how this phenomenon is configured subjectively and what its emotional and social implications are. The work is divided into chapters that address the theoretical basis, the methodology used and the analysis of the case. In the first chapter, the author discusses the Theory of Subjectivity, emphasizing the importance of subjective development and the interrelationship between the social and the individual. Adolescence is presented as a critical period of transition, where social and family pressures can lead to risky behaviors, such as self-harm. In the second chapter, the author analyzes the family and social dynamics of the participant, highlighting how religiosity and family expectations influence his subjectivity and choices. Self-harm is interpreted as a form of communication of suffering and anguish, reflecting the individual's difficulty in expressing his emotions in a family environment marked by silence and rigidity. The constructive-interpretative method is used to collect data through conversational dynamics, allowing participants to reveal their experiences and subjective meanings. The research highlights the importance of dialogue as a space for knowledge construction, where the subjectivity of the participant is central. The final considerations of the dissertation highlight the complexity of the transition from adolescence to adulthood, emphasizing the need for interventions that promote the protagonism and autonomy of young people. The author suggests that future research explore the relationship between identity, belonging and mental health, in addition to investigating the impact of religious beliefs and public policies on the subjective development of young people in vulnerable situations.

Keywords: Self-harm, Adolescence, Theory of Subjectivity, Subjective Development

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1: A Teoria da Subjetividade como lente para compreender o desenvolvimento humano e subjetivo	8
Capítulo 2: Desenvolvimento humano e as transições emergentes.	12
Capítulo 3: Automutilação: conceitos e contextualização	18
Método	20
Construção do Cenário Social da Pesquisa e Participante	22
Instrumentos e Participante	23
Sistemas conversacionais	26
Análise e Construção da Informação	26
Caso João	28
Considerações finais	39
Referências Bibliográficas	42
Anexo	46

Introdução

Na prática do psicólogo clínico, podemos perceber um certo aumento significativo do fenômeno da automutilação entre os jovens, o que torna a temática cada vez mais relevante na reflexão da prática profissional. É importante para a Psicologia compreender este fenômeno para além de uma visão patologizante, no sentido de não a automutilação a partir de uma única causalidade e /ou de diagnósticos, que visam fragmentar as experiências humanas subjetivas em sua complexidade. Dito isso, a presente dissertação não parte do pressuposto de que a psicologia é uma ciência que tem como propósito a definição e soluções dos transtornos mentais, associando a subjetividade a uma entidade estática, universal e individual (Goulart, 2019). Adota-se aqui a perspectiva, de acordo com Gonzalez-Rey e Mitjáns-Martínez (2017), de que a subjetividade traz aspectos que se relacionam à possibilidade permanente de criar novas realidades culturais, nas quais diferentes formas de subjetivação são constantemente engendradas. Como compreender e abordar os processos subjetivos da automutilação, as contradições simbólicas-emocionais geradas e como ela se configura como uma forma de atuação para melhor lidar com os impasses, sentidos subjetivos gerados na relação do indivíduo consigo e com o outro?

A automutilação traz consigo uma série de sentidos subjetivos individuais e momentâneos, tais como punição, alívio, culpa, os quais são gerados na relação simbólica e emocional com si e com o outro (Silva, 2012). Hoje, muitas maneiras de cometer o ato são identificadas. As mais comuns são cortes superficiais feitos com lâminas, seja na pele, na região da barriga, nas pernas e seja nos braços; são cortes realizados especialmente em locais que podem ser facilmente cobertos. Dessa forma, o corpo se torna o representante das dores, dos

sofrimentos e das angústias (Moraes, 2018) e, como a pesquisa aqui empreendida nos aponta, os cortes visam comunicar produções subjetivas complexas.

Esta dissertação tem como objetivo geral a compreensão dos processos subjetivos da automutilação. Para tanto, foi realizado um estudo de caso a partir dos referenciais da Teoria da Subjetividade e da Epistemologia Qualitativa elaboradas por González Rey (1997; 2003; 2005; 2007; 2011; 2017; 2019; 2021) por uma perspectiva histórico-cultural. O estudo da subjetividade, neste contexto, pode gerar novos caminhos de inteligibilidade sobre complexos processos associados às dinâmicas institucionais, promovendo alternativas teóricas viáveis com vistas ao desenvolvimento de novos sentidos subjetivos (Goulart & González Rey, 2017). A partir disso, se reflete aqui sobre como é ser um sujeito em desenvolvimento subjetivo à luz da perspectiva histórico-cultural da Subjetividade e, se objetiva discutir e compreender os desdobramentos da automutilação, suas produções subjetivas e os impactos no desenvolvimento subjetivo do indivíduo que se automutila.

No primeiro capítulo, trago o aporte teórico e a fundamentação acerca da Teoria da Subjetividade, compreendendo a subjetividade como um sistema simbólico- emocional e condição de desenvolvimento, a criação de uma realidade particularmente humana e cultural. Portanto, é importante pontuar o desenvolvimento subjetivo como categoria primordial para pensar e compreender o processo contínuo das construções, desconstruções e reconstruções orientadas, ao longo da vida, pelas produções subjetivas sempre singulares, geradas nas relações e ações vividas. Dessa forma, trago o aporte necessário para os próximos capítulos desenvolvidos a seguir.

O segundo capítulo explora a transição da infância e adolescência para a vida adulta, ressaltando sua complexidade e as influências sociais, históricas e culturais que moldam esse processo. A adolescência é apresentada como uma construção social relativamente recente,

associada ao surgimento do capitalismo e à expansão da educação formal, que prolongou essa fase para regular a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, o capítulo enfatiza que o desenvolvimento humano é essencialmente subjetivo, sendo moldado pelas experiências simbólico-emocionais vivenciadas no contexto social. A Teoria da Subjetividade destaca que essas experiências são únicas para cada indivíduo, resultantes das interações com a subjetividade social e com as expectativas culturais e familiares. O texto também questiona os modelos que segmentam o desenvolvimento em categorias isoladas, argumentando que se trata de um processo contínuo e dinâmico. As desigualdades de classe social e as pressões culturais exercem um impacto significativo na transição dos jovens para a vida adulta, influenciando diretamente a formação de sua subjetividade e suas escolhas.

No terceiro capítulo aborda a automutilação, definida como o ato de causar lesões ao próprio corpo sem a intenção de suicídio, evidenciando sua crescente ocorrência em contextos clínicos e educacionais. Embora não diretamente associada ao suicídio, a automutilação reflete um profundo sofrimento psíquico que o indivíduo externaliza por meio de agressões físicas ao próprio corpo. Na perspectiva psicanalítica, esse comportamento é interpretado como uma tentativa de converter a dor emocional em dor física, buscando um alívio imediato para tensões internas. Além disso, a automutilação é compreendida como uma forma de apelo, um modo de o indivíduo manifestar, através de ações corporais, o que não consegue expressar verbalmente, especialmente em relação a figuras significativas, como pais e professores. No contexto clínico, torna-se essencial a criação de um espaço que favoreça a verbalização dessas questões, minimizando a necessidade de recorrer ao ato auto lesivo.

Por fim, o capítulo sugere que, ao reconhecer a automutilação como uma produção subjetiva, abre-se a possibilidade de um diálogo mais construtivo, permitindo que o indivíduo

busque formas mais saudáveis de lidar com o sofrimento emocional e promova seu desenvolvimento psicológico.

Capítulo 1: A Teoria da Subjetividade como lente para compreender o desenvolvimento humano e subjetivo

Historicamente, na psicologia, a ideia de subjetividade foi compreendida como um processo eminentemente individual, sem relação com o social, definido a priori. No entanto, é fundamental uma abordagem complexa sobre a subjetividade. Dito isso, para González Rey (2017), a subjetividade é um sistema simbólico-emocional orientado a uma criação de uma realidade particularmente humana, a cultura, da qual a própria subjetividade é condição de desenvolvimento e dentro da qual tem sua própria gênese, socialmente institucionalizada e historicamente situada. Em outras palavras, a subjetividade específica a qualidade dos fenômenos humanos, tanto sociais quanto individuais, caracterizando o desenvolvimento de todos os processos em realidades culturais diferenciadas, social e historicamente singulares (Mitjáns- Martínez, 2019). Será, portanto, a partir da definição de subjetividade proposta por González-Rey (1997; 2001; 2003; 2005; 2007; 2011; 2017; 2019; 2021) e outros elementos derivados de tal teoria, que esta dissertação construirá a base de seu modelo teórico.

Inicialmente, gostaria de trazer a importância do desenvolvimento subjetivo, como uma das categorias primordiais para se compreender e pensar a adolescência, o fenômeno da automutilação e os sentidos subjetivos gerados nesse fenômeno. Os processos do desenvolvimento são construções, desconstruções e reconstruções contínuas, ao longo da vida, orientados pelas produções subjetivas singulares, sendo geradas nas relações e ações vividas. Ao mesmo tempo, os processos do desenvolvimento são geradores de novas ações e relações qualitativamente diferenciadas na vida do sujeito (Rossato, 2019). Desta forma, para acontecer o desenvolvimento subjetivo ocorre o surgimento de novas configurações com novas funções

e processos nas diferentes áreas da vida do sujeito; configurações essas que podem estar além de uma intenção consciente. Tacca (2019) comenta que: “essa categoria [a de desenvolvimento subjetivo] nutre-se individualmente de uma intensa rede de relações sociais que constituem uma subjetividade social, também configurada individualmente nas pessoas que deixam marcas nos espaços de convivência” (p.152). Para complementar o que foi dito, o desenvolvimento subjetivo não tem como objetivo a submissão, nem a passividade do indivíduo, mas, pelo contrário, a sua capacidade de se posicionar, gerar novos caminhos subjetivos em seu modo de ser, bem como a capacidade de participar de diversos cenários institucionais nos quais estão implicados, gerando critérios próprios. O desenvolvimento subjetivo resulta, portanto, em complexas articulações de diferentes configurações subjetivas nos espaços sociais que emergem das ações humanas, levando este desenvolvimento de novos recursos da subjetividade que impactam diversas esferas da vida individual ou de um grupo social (Goulart, 2019).

Tal subjetividade é compreendida como um sistema configuracional que se organiza em diferentes momentos e contextos da experiência humana, sendo o social e o individual estreitamente inter-relacionados. As configurações subjetivas são autogeradoras de sentidos convergentes em determinadas ações. Novos sentidos subjetivos que podem emergir como resultados dos sujeitos da ação, sejam sociais ou individuais (González-Rey, 2017).

González-Rey (2005) explica essa relação dialética entre o individual e o social com o desenvolvimento das categorias de subjetividade individual e subjetividade social. Assim, “a subjetividade individual representa os processos e formas de organização subjetiva dos indivíduos concretos. Nela aparece constituída a história única de cada um dos indivíduos, a qual, em uma cultura, se constitui em suas relações pessoais” (González Rey, 2005, p.241).

Dessa forma, a partir das relações sociais, as histórias vividas, o pensamento e as emoções dos indivíduos vão se integrando em um sistema complexo por meio de sentidos subjetivos (Madeira-Coelho, 2019). Nesse processo, a organização da subjetividade individual, se dá em relação com sistemas subjetivos dos diferentes espaços sociais que o indivíduo participa, ou seja, a sua subjetividade social:

A subjetividade social aparece como uma categoria voltada para significar a produção subjetiva dos diferentes espaços da prática social das pessoas, bem como do modo pelo qual cada um desses espaços se configura e é configurado dentro de outros espaços dessa subjetividade social (González-Rey, 2012, p.274).

Assim, é possível compreender que o social se organiza e participa como instância favorecedora da geração de novos sentidos do sujeito em seu desenvolvimento subjetivo. Isso ocorre especialmente em suas vivências educacionais, nos contextos sociais e institucionais como a escola, nos quais sujeitos geram sentidos ao mesmo tempo em que os reelaboram na configuração da dinâmica social daqueles contextos.

O conceito de subjetividade social é, portanto, essencial para o estudo dos fenômenos educativos, pois não reduz o espaço social a ajuntamentos de pessoas ou às intenções de um coletivo, mas representa um sistema complexo de produções subjetivas atravessadas de sentidos subjetivos diversos dos valores familiares, dos dogmas, das crenças, dos discursos e dos preconceitos (González-Rey, 2007). Dessa forma, a compreensão desse conceito abre novos campos de interpretação de questões escolares e as elaborações dos sujeitos nos espaços escolares. Com essa perspectiva, comprehende-se que a atividade educativa esteja sempre implicada em um espaço de subjetividade social, expressando sentidos subjetivos que estão

para além dos muros da instituição escolar. É nesse espaço dinâmico que se torna possível a emergência de novos sentidos sobre o processo educativo, que por muito tempo desconsiderou (e ainda desconsidera) as pessoas e suas dinâmicas de aprendizagem e desenvolvimento singulares.

Dito acima, como compreender o ser indivíduo, sob o aporte teórico da Teoria da Subjetividade, tendo em vista que no desenvolvimento, nessa perspectiva, acontecerá o surgimento de novas configurações com novas funções e processos nas diferentes áreas da vida do indivíduo, podendo essas estar além de uma intenção consciente? Ou seja, para além das transformações físicas e biológicas do indivíduo, novas configurações surgirão a partir do posicionamento do indivíduo, seu modo de se relacionar com o mundo e consigo mesmo, a qualidade das suas relações, os processos simbólicos e emocionais gerados nas suas relações sociais, que vão configurando o seu lugar no mundo.

Capítulo 2: Desenvolvimento humano e as transições emergentes.

Mesmo sem ser atriz nem ter pertencido ao teatro grego — uso uma máscara. Aquela mesma que nos partos de adolescência se escolhe para não se ficar desnudo para o resto da luta. Clarice Lispector

Compreender a transição da infância/adolescência para a vida adulta exige uma análise aprofundada das dimensões sociais, históricas e culturais que moldam esse processo. Segundo Philippe Ariès (1973), as categorias de infância e adolescência como fases distintas do desenvolvimento humano não existiam nos séculos XVIII e XIX, ganhando reconhecimento apenas com o aumento da expectativa de vida populacional. Esse reconhecimento é uma construção social e histórica que evoluiu em paralelo às mudanças nas estruturas sociais, especialmente com o advento do capitalismo, como discutido por Outeiral (1994).

Nesse sentido, a origem do fenômeno adolescência relaciona-se com a origem do capitalismo, compreendendo-a como fenômeno social derivado da criança. No contexto do capitalismo nascente, essa fase da vida foi instrumentalizada para regular o ingresso dos jovens no mundo do trabalho, em um cenário de desemprego crônico que demandava uma gestão cuidadosa da força de trabalho. Tal fato também corroborou com a ampliação do tempo de educação formal, com a necessidade gradativa da qualificação técnica dos jovens e, consequentemente, com a necessidade de seu afastamento da família (Aguiar, Bock e Ozella, 2007).

Entretanto, a adolescência não se restringe a uma faixa etária fixa, mas é uma fase de desenvolvimento subjetivo que pode se estender para além dos limites cronológicos estabelecidos, influenciando o indivíduo mesmo após a entrada na vida adulta. Para a Teoria da Subjetividade, o desenvolvimento humano rompe com determinismos biológicos, sociais e culturais, posicionando a produção de sentidos subjetivos no centro do desenvolvimento e resgatando o lugar do sujeito ativo no processo (Rossato, 2019). Os desafios que lidamos, como nos relacionamos, o que fazemos são mobilizadores para a produção de processos subjetivos constituidores da subjetividade individual, mas que, simultaneamente, é tensionada e mobilizada pela subjetividade social dos grupos e espaços sociais os quais o jovem está inserido. Isso implica que o desenvolvimento humano é fundamentalmente subjetivo, moldado pelas experiências simbólico-emocionais vivenciadas pelo indivíduo em seu entorno.

Além das mudanças citadas acima, o desenvolvimento não pode ser enquadrado em padrões universais que rechaçam e patologizam a subjetividade humana e romper com modelos que encapsulam a emoção, cognição, biológico e sexual como unidades fechadas e autônomas no indivíduo. González-Rey (2003), rompe com os estudos que compartmentam em unidades isoladas e traz a concepção que o desenvolvimento é permeado, essencialmente, pela produção simbólico-emocional de cada sujeito, seja ao vivenciar mudanças corporais (tais como as

derivadas da puberdade), ao enfrentar novos desafios sociais, ao construir novos recursos cognitivos (tais como alternativas para resoluções de problemas) e ao enfrentar novos desafios intelectuais.

Compreendemos que os processos subjetivos atuam como tessitura do desenvolvimento humano, o qual em cada pessoa, é composto com materiais, formas e cores únicas, fazendo com que o desenvolvimento humano seja, essencialmente, um desenvolvimento subjetivo. Os processos subjetivos geram, a partir da experiência, diversas formações simbólico-emocionais, porém a inteligibilidade desses processos só é possível ser compreendida pelas vivências dos indivíduos. Ou seja, as produções subjetivas vinculadas às diversas vivências, seja na relação com o outro, com o social, seja em relação aos sentidos subjetivos configurados da noção de si.

As diferenças entre classes sociais têm um impacto significativo no desenvolvimento dos jovens. Enquanto as classes mais favorecidas podem fornecer um suporte mais robusto durante essa transição, as classes menos favorecidas enfrentam desafios que podem acentuar as tensões entre o que se espera do indivíduo e o que ele é capaz de realizar. Esses desafios, como a falta de recursos ou a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, influenciam diretamente a subjetividade dos jovens e a maneira como eles percebem o mundo e a si mesmos. É fundamental reconhecer que o desenvolvimento humano não pode ser enquadrado em padrões universais, já que as vivências individuais geram uma variedade de formações simbólico-emocionais que só podem ser compreendidas a partir das experiências concretas dos sujeitos. O desenvolvimento, portanto, é uma tessitura complexa de processos subjetivos, tensionados e mobilizados pela subjetividade social dos grupos e espaços onde o jovem está inserido. De um jovem de 24 anos, espera-se geralmente que esteja em um período de transição significativa, consolidando sua identidade adulta e assumindo maiores responsabilidades pessoais, profissionais e sociais. É comum que ele esteja finalizando ou já

tenha concluído sua formação acadêmica, ingressando no mercado de trabalho e começando a traçar planos de carreira. Socialmente, espera-se também que ele desenvolva uma autonomia mais sólida, tanto no âmbito financeiro quanto na gestão de sua vida cotidiana. Além disso, há expectativas quanto à construção de relações afetivas e sociais mais maduras e ao início de um planejamento de longo prazo, seja no campo profissional, pessoal ou familiar. Contudo, é importante reconhecer que o ritmo e as trajetórias individuais variam consideravelmente, sendo influenciadas por fatores sociais, culturais, econômicos e subjetivos que impactam o desenvolvimento e as escolhas de cada jovem.

No desenvolvimento subjetivo, o modo simbólico e emocional que o indivíduo receberá e vivenciará junto ao seu entorno são muito influenciados pelas expectativas dos seus familiares. Os sujeitos são atravessados pelas crenças e valores das culturas onde estão imersos. Pensar na ideia de uma perspectiva cultural-histórica é partir do contexto simbólico da realidade humana, que é o que diferencia a realidade como realidade cultural, pois significa que é a mesma é produzida e histórica. Na emergência do simbólico e o reconhecimento do caráter ativo produzido nas realidades humanas, ao trazer o aspecto da subjetividade social definimos a realidade por configurações subjetivas que emergem em todo espaço social, quer seja numa perspectiva de espaço macro ou micro social, assim discutido por González-Rey (2012). Esses espaços sociais, pontuados pelo autor, configuram-se e se reconfiguram de forma permanente e por diferentes vias, sendo uma delas as configurações subjetivas individuais das pessoas, que compartilham práticas sociais em seu interior.

A transição entre a adolescência e o ser adulto é um período incontestável do desenvolvimento humano, mas o seu tempo de duração e o que lhe sucede são processos atravessados e permeados pela subjetividade social onde estamos inseridos (Eposito, 2022). Em uma mesma cultura, podemos perceber o atravessamento do social no desenvolvimento

subjetivo, seja por meio das figuras parentais, seja por meio dos processos vividos pelo sujeito. Durante seu desenvolvimento subjetivo o jovem vivencia exigências sociais quanto a papéis e expectativas a serem cumpridas, planos a serem traçados, uma projeção sobre o seu crescimento profissional, a sua independência financeira, entre outros. Diante disso, ocorre com certa frequência insatisfação e/ou atitudes transgressivas em contraposição às figuras de autoridade, por meio de padrões de comportamentos que compõem o imaginário social sobre a adolescência, como a sedução para romper limites sociais e transgredir normas. A tentativa de se afirmar como indivíduo, separando-se das influências parentais e buscando a aceitação dos pares, pode levar a confrontos com figuras de autoridade e a experimentação de comportamentos de risco.

Assim, muitos jovens desenvolvem um modo de ser e agir no mundo que extrapola e se aproxima dos limites, tal como o consumo desenfreado de álcool sem ter atingido a maioridade, utilização de outras drogas legais e ilegais, relações sexuais não protegidas,.. Diante desse contexto, a prática de automutilação pode vir a se tornar uma estratégia transgressão às normas e regras do contexto social e aproximação ou ruptura com os limites – no caso, sobre as formas de interagir com o corpo e se comunicar por meio dele, que são socialmente aceitos. Nesse caso, a automutilação é uma estratégia válida ao dar vazão às dores emocionais, um modo de se comunicar através do corpo sobre suas necessidades, sentimentos e desafios ao outro e também como uma forma de amortecer ou minimizar o peso simbólico e emocional, advindo dos diversos espaços relacionais.

As expectativas sociais, por exemplo, podem criar um sentimento de inadequação ou fracasso quando o jovem não consegue atender aos padrões estabelecidos pela sociedade. Essas expectativas muitas vezes se manifestam na forma de pressão para alcançar sucesso acadêmico, ingressar em uma carreira de prestígio ou cumprir determinados papéis sociais e de gênero.

Essas pressões podem se intensificar em um contexto globalizado, onde a comparação constante com outros através das redes sociais pode exacerbar sentimentos de insegurança e ansiedade.

É nesse contexto que o desenvolvimento subjetivo se torna particularmente relevante. A subjetividade, que envolve a maneira como o jovem interpreta e dá significado às suas experiências, é moldada tanto por suas interações sociais quanto por suas emoções e o simbolizar. A produção de sentidos subjetivos é um processo dinâmico que reflete a capacidade do jovem de lidar com as adversidades e de encontrar caminhos para expressar sua identidade de forma autêntica

Ser indivíduo, no mundo globalizado, pensando na subjetividade social dominante, significa, também, ser bombardeado por um turbilhão de informações, além fazer parte de uma cultura globalizada marcada por inúmeros recursos tecnológicos e digitais, fazendo com que os jovens estejam comumente às voltas com um aplicativo novo marcado pelo imediatismo, um eletroeletrônico mais moderno e tendências virtuais a serem seguidas. O contexto globalizado, envolve, assim, uma série de emoções individuais, como estresse, ansiedade, irritabilidade, frustração, e, principalmente, o sofrimento psíquico entre os jovens (Teles e Teixeira, 2021).

Reconhecer as singularidades das trajetórias dos jovens e as diversas formas como se constroem suas identidades é essencial para a compreensão da profundidade e da complexidade da transição da adolescência para a vida adulta. Essa fase não é apenas um período de mudanças físicas, mas também um momento de intenso trabalho psíquico e emocional, onde os jovens enfrentam um conjunto de desafios internos e externos, que moldam sua subjetividade de maneira única.

No contexto dessas transformações, é importante destacar que o desenvolvimento subjetivo é profundamente influenciado pelas interações sociais e pelas configurações culturais nas quais o jovem está inserido. A subjetividade social, como discutida por González-Rey (2012), atua como um campo de forças que influencia, tensiona e, ao mesmo tempo, possibilita a construção da subjetividade individual. As práticas sociais, os valores culturais, as expectativas familiares e as experiências vividas nas instituições de ensino, por exemplo, desempenham papéis cruciais na formação dos sentidos subjetivos dos jovens.

Frequentemente o jovem apresenta dificuldade em lidar com as mudanças, podendo considerar esse período vulnerável, o qual facilita a adoção de comportamentos de risco. Segundo McCrimond, Werhrung e Stanbury (1986) o risco é considerado uma consequência da decisão livre e consciente do indivíduo de se expor a uma situação na qual procura a realização de um bem ou desejo, o que inclui a possibilidade de perda ou ferimento físico. O indivíduo pode seguir um caminho de comportamentos agressivos, impulsivos ou mesmo suicidas como solução para os seus problemas, quando o sofrimento psíquico é comum nas decisões. Essas decisões podem parecer desajustadas e serem configuradas em aspectos patológicos derivados da falta de esperança e incapacidade para lidar com as emoções, e dificuldades de atender a necessidade de pertencimento e sustentá-lo pelo seu bem-estar. A automutilação, por exemplo, pode ser vista como uma expressão extrema desse processo. Longe de ser um simples comportamento impulsivo, ela pode representar uma tentativa de comunicar um sofrimento profundo e de lidar com tensões internas que parecem insuportáveis. Esse comportamento, assim como outros comportamentos de risco, deve ser compreendido dentro do contexto mais amplo das experiências vividas pelo jovem e das pressões sociais e emocionais às quais ele está submetido.

Com isso, podemos concluir que a transição da adolescência para a vida adulta é um período de grande complexidade, onde o desenvolvimento subjetivo desempenha um papel central. Compreender esse processo em sua totalidade exige uma abordagem que considere não apenas as mudanças físicas e emocionais, mas também as influências sociais, culturais e históricas que moldam as experiências dos jovens. É através dessa compreensão que podemos apoiar melhor os jovens em sua jornada para a vida adulta, reconhecendo as singularidades de suas trajetórias e as múltiplas formas como esses constroem suas identidades e enfrentam os desafios dessa fase crítica da vida.

Capítulo 3: Automutilação: conceitos e contextualização

“ Clarisse está trancada no banheiro
 E faz marcas no seu corpo com seu pequeno canivete
 Deitada no canto, seus tornozelos sangram...
 E a dor é menor do que parece
 Quando ela se corta, ela se esquece...”
 Renato Russo

A Automutilação ou a autolesão é definido como “o ato de lesar o próprio corpo, até o ponto de cortar ou destruir permanentemente um membro ou outra parte essencial do corpo”, porém segundo os Descritores em Ciências da Saúde, a autolesão significa “ato de se machucar ou de fazer mal a si mesmo sem que haja intenção de suicídio ou perversão sexual”. Atualmente, esse ato ou comportamento tem aparecido recorrentemente nos consultórios dos psicólogos, psicanalistas e psiquiatras, como também nas escolas.. Devemos compreender, primeiramente, que a autolesão não é diretamente ligada ao ato do suicídio, mesmo sendo presente a ideação suicida.

Além de se manifestar cada vez mais em contextos clínicos, esse comportamento tornou-se uma questão grave entre indivíduos e jovens, sendo um foco importante para políticas

sociais e práticas profissionais nos países ocidentais. Além disso, esse ato impacta profundamente o indivíduo, tanto em termos sociais, quanto psicológicos e emocionais, afetando sua configuração subjetiva e a dinâmica familiar. É crucial, portanto, entender as produções subjetivas geradas por esse comportamento na subjetividade individual. Segundo Reis (2018), pela perspectiva psicanalítica, no interior do fenômeno psicopatológico denominado automutilação, o objeto que recebe o corte não é outro senão o próprio corpo do indivíduo, constituído e atravessado pela linguagem. Entretanto, esse corpo atravessado pela linguagem no entrecruzamento do desejo não existe separadamente da pessoa, tampouco, dos fenômenos psíquicos que o constituem. O indivíduo, na configuração da sua subjetividade, se constitui enquanto presença no registro simbólico. Ou seja, os sentidos subjetivos gerados por essas práticas não estão desvinculados pela subjetividade individual e também da subjetividade social, caracterizado pelos diversos espaços vividos pelo indivíduo. Podemos também compreender simbolicamente que no ato de autolesão há um aspecto peculiar de tornar o sofrimento e a dor psíquica em uma dor física, ou seja, torná-la palpável, visível no intuito de descarregar um excesso de sofrimento, afetos, pulsões, angústias do seu inconsciente, transferindo-as para o corpo por meio de produções somáticas, sentidos na pele em forma de cortes, que silenciam os gritos desesperados e aliviam o sofrimento. (Reis, 2018).

Na visão psicanalítica, mesmo não sendo o foco desta dissertação, podemos pensar a automutilação como um ato ou uma forma de atuação. Ou seja, esses atos podem ser lidos como uma forma de apelo diante dos impasses vivenciados na busca de novos modos de se inscrever, em outros termos, um modo de produzir novos sentidos configurados na subjetividade do indivíduo, a partir das suas vivências, no campo social. Essa perspectiva foi defendida pelas autoras Jucá e Vorcaro (2018), no artigo Adolescência em atos e indivíduos em ato na clínica psicanalítica, os quais apresentaram uma reflexão teórica acerca da experiência clínica com indivíduos atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial à Infância

e à Adolescência (CAPSi) (Araújo, 2019). Para elas, é importante estudar que a autolesão expressa um mal-estar que é dirigido ao outro. Essa expressão do mal-estar dirigido ao outro pode ser entendida como uma produção subjetiva, por meio do agir, com intuito de revelar um sofrimento subjetivo dirigido a uma relação social significativa, por exemplo: aos pais, professores, tutores, amigos. Através dos seus atos, há denúncia de que algo não vai bem em sua relação com os outros (suas vivências); de certa forma, traduzem em ação o que, naquele momento, não cabe em palavras. Quando há um espaço de fala, se revelam questões recorrentes sobre: a imagem corporal, a posição diante do sexo, o aparta-se de seus pais (ou pessoas significativas que ocupam o espaço primordial). Justamente por estes desafios, na clínica, é importante auxiliar, o indivíduo, nas suas travessias, sem que se pague um preço tão elevado, podendo gerar sofrimentos psíquicos graves, às vezes podendo colocar sua vida em risco, pontuados por Jucá e Vorcaro (2018)

Podemos compreender que a automutilação pode ser considerada uma produção subjetiva do indivíduo, mobilizada a partir de diversos processos e formações singulares que constituem a subjetividade individual do indivíduo, mas que é simultaneamente também tensionada pelos espaços sociais e grupos, inseridos na subjetividade social, a qual é configurado de modo para lidar com as adversidades/desafios nas relações sociais; com seu lugar no mundo; com os sentidos subjetivos de quem eu sou, o que gosto, o que não gosto entre outros.

Ao ampliar o entendimento da automutilação ser um processo subjetivo do indivíduo ser um modo de lidar com a adversidades e alteridade do outro, reconhecendo esse processo, há possibilidade do indivíduo expandir as suas produções para uma tendência emocional e simbólica, para um diálogo mais pleno, congruente e voltado à saúde. (Pinto, 2023). Ao compreender que a configuração subjetiva pelos processos individuais e sociais, temos uma

tendência à atualização, comentado pelo autor Carl Rogers (1992), voltado ao crescimento/produções subjetivas para além do que é apresentado ou vivenciado pelo sujeito, no presente.

Método

O presente estudo tem como base epistemológica, a Epistemologia Qualitativa, desenvolvida por González Rey e adotou o método construtivo-interpretativo, o que implica a compreensão do conhecimento como produção e não como uma apropriação linear de uma realidade apresentada (González Rey, 2017). Uma possível síntese na apresentação da Epistemologia Qualitativa pode ser assim destacada: a) a pesquisa pressupõe um caráter construtivo-interpretativo do conhecimento; b) a legitimação do singular como produção de conhecimento; c) o processo de comunicação e a dialogicidade como característica particular das ciências antropossociais. (Gonzalez Rey, 2005)

A epistemologia qualitativa, base desta pesquisa, se apoia em três princípios: o conhecimento como produção construtivo-interpretativo, ou seja, comprehende que o conhecimento é uma produção do pesquisador sobre o tema realizado; a produção do conhecimento tem caráter interativo o qual tem ênfase no caráter dialógico da construção, em que o participante e pesquisador estão implicados na pesquisa através da produção de diferentes sentidos subjetivos, não sendo possível conhecê-los diretamente mas que emergem indiretamente durante este processo; e a legitimação do singular como fonte legítima para a pesquisa, ou seja, o valor que o caso singular tem para a produção de conhecimento ao decorrer do desenvolvimento teórico da pesquisa, por isso, a legitimação nos leva a reflexões que estão para além da singularidade e que são impossíveis de serem alcançadas sem a atenção às diferenças que o caracterizam, segundo González Rey (2005)

A partir das interpretações e construções desenvolvidas pelo pesquisador por meio da sua compreensão do processo singular da pesquisa, surge o conceito de zonas de sentido, o qual

González Rey (2017) define como os espaços de inteligibilidade produzidos nas pesquisas científicas, que não esgotam o que significa, mas que abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica, isto é, possibilita o surgimento de novas zonas de ação sobre a realidade e também novos caminhos de trânsito por meio das representações teóricas do pesquisador. Essa abordagem reconhece que o conhecimento não é algo que o pesquisador simplesmente extraí do participante, mas algo que é construído em conjunto, em um processo de diálogo e interação simbólico-emocional. O participante traz suas próprias interpretações, histórias de vida, e modos de entender o mundo, que são fundamentais para a compreensão dos fenômenos estudados. Dessa forma, a pesquisa torna-se um processo colaborativo, onde a subjetividade do participante é central.

O diálogo é a única forma de legitimar a singularidade dos sujeitos envolvidos em vínculos institucionais. Por meio dele as pessoas manifestam, de forma diferenciada e ativa, suas considerações sobre um determinado tópico, aparecendo, assim, diferentes alternativas a partir da troca de ideias, da força das fundamentações implicadas, da lógica dos argumentos apresentados e do clima promovido pelo diálogo, o qual é decisivo para a formulação das alternativas diante da situação que gerou a discussão. (González Rey, 2005). O diálogo, portanto, não é um simples instrumento de coleta de dados, mas um espaço onde a subjetividade pode ser explorada e revelada. É por meio do diálogo que os indicadores subjetivos podem ser identificados e compreendidos em sua profundidade. No diálogo, o sujeito e o pesquisador engajam-se em uma interação simbólico-emocional que permite a emergência de novos significados e a construção de conhecimento. Mais do que isso, o diálogo possibilita que o sujeito atue como coautor do processo investigativo, contribuindoativamente para a construção das hipóteses e para a interpretação dos conteúdos.

Construção do Cenário Social da Pesquisa e Participante

González Rey (2017) afirma que o cenário de pesquisa representa parte essencial do próprio processo de pesquisa, pois é uma importante etapa essencial para o desenvolvimento do tecido relacional que permitirá o caráter dialógico da pesquisa. Esse diálogo não é algo dado, mas é produzido nos primórdios da pesquisa, representada pela curiosidade e interesse dos participantes. Para o autor, se define o cenário de pesquisa como:

“a fundação daquele espaço social que caracterizara o desenvolvimento da pesquisa e que está orientado a promover o envolvimento dos participantes da pesquisa” (p.91)

Para a presente pesquisa foram realizados encontros com um(a) indivíduo em processo psicoterápico, o qual apresentou o histórico de automutilação. Para tanto, foram realizados encontros com os pais/responsáveis, com intuito de esclarecer dúvidas/ questões e caso necessários, encontros em momentos de crise do participante. No primeiro encontro foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, o qual uma cópia ficou com os participantes e responsáveis e a outra cópia com o pesquisador. Também foi elaborado um Termo de Assentimento entregue ao indivíduo. No decorrer de cada encontro, a pesquisadora elaborou um pequeno roteiro com temáticas que seriam possíveis indicadores para os encontros.

Instrumentos e Participante

Diante disso, foi utilizado nesta pesquisa o processo dialógico como instrumento, pois apresenta um caráter processual e aberto das relações com os participantes, o qual o

pesquisador estimula espontaneamente por meio do diálogo,¹ onde surgem novos temas através do caráter ativo do pesquisador. Para o método construtivo- interpretativo, o diálogo é um processo que visa conduzir o indivíduo estudado a campos significativos do seu histórico de vida, os quais são capazes de envolvê-la no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitados na sua subjetividade individual (González Rey, 2005). Ao abrimos um espaço que se desenvolve e delimita com o participante, mediante a conversação e assim captando indicadores e elementos que permitam a continuidade à expressão do indivíduo sobre o tema.

Gonzalez Rey (2010) pontua que o sujeito participante da pesquisa é compreendido a partir de sua expressão aberta, autêntica, capaz de expressar seus desejos, necessidades e contradições, processos esses que não aparecem de forma direta na palavra, mas por meio de elementos indiretos que recebem significado pela interpretação do pesquisador. A pesquisa se baseia em uma relação dialógica orientada para a abertura de novos espaços de troca e reflexão que, pela sua autenticidade, envolvem as emoções do sujeito, condição essencial para a emergência dos sentidos subjetivos. O pesquisador aparece envolvido em uma troca permanente de ideias com as pessoas que participam do projeto, convertendo o espaço da pesquisa em novo espaço social para os participantes, no que é preciso a consciência de que o valor das informações seja dado pelo envolvimento do participante, o qual transcendem constantemente os limites da intencionalidade consciente, sendo a evidência mais sólida, a riqueza dos trechos de cada expressão, os quais são unidades interpretativas essenciais para a construção teórica da dinâmica conversacional.

¹ Para o González Rey (2017), o diálogo não se limita a um procedimento ou instrumento, entretanto, há uma constante abertura que proporcionam novas indagações, reflexões, posições do pesquisador e dos participantes. Possibilita a continuidade de um processo reflexivo dos participantes e do pesquisador, favorecendo o amadurecimento das expressões subjetivamente configuradas por diferentes experiências de vida, as quais aparecem no curso conversacional do trabalho de investigação.

Na Teoria da Subjetividade, os sentidos subjetivos são as interpretações e significados que os sujeitos atribuem às suas experiências. Esses sentidos são construídos a partir das interações sociais e das vivências pessoais, e são profundamente influenciados pela subjetividade do participante. Portanto, o papel do participante na pesquisa não se limita à resposta a perguntas, mas envolve a produção ativa de significados que são únicos e contextualmente enraizados. O participante, ao compartilhar suas experiências e reflexões, contribui para a revelação dos indicadores subjetivos — elementos que emergem durante a interação e que revelam aspectos profundos da subjetividade. Esses indicadores são essenciais para que o pesquisador possa compreender as complexidades da subjetividade individual, e eles surgem precisamente porque o participante está envolvido ativamente no processo de investigação.

Gonzalez Rey (2005) comprehende que as informações no campo de pesquisa só poderão ser adquiridas se houver uma maior aproximação do pesquisador com o sujeito, e com isso é importante repensar o papel dos instrumentos utilizados. Essas informações fornecidas, pelos instrumentos, devem ser estudadas pelo pesquisador mais cuidadosamente, de modo que leve o pesquisador a compreender a produção de sentidos subjetivos, e não como informação que comprovem ou não uma teoria, sem o mínimo de reflexão sobre outras possíveis interpretações. Para o autor, não se considera como relevante a quantidade de instrumentos utilizados, mas sim a qualidade das informações apresentadas no contato com o participante e a articulação do momento empírico.

A importância do momento teórico e dialógico, implica entendê-lo como um sistema de relações dentro das quais desenvolve a pesquisa. Isto é, a dialogicidade é um processo que envolve sempre os indivíduos como agentes ativos em diálogo, no qual há produção subjetiva e não uma definição que reduz a processos humanos a realidades dialógicas, omitindo a

presença de subjetividades como produções diferenciadas dos sujeitos ou agente em diálogo. O valor do diálogo está na presença destes agentes ativos configurados subjetivamente em um espaço, constantemente partilhados e em movimento, no qual as produções deste espaço dialógico se organizam simultaneamente com produções diferenciadas singulares dos sujeitos participantes. (González Rey & Mitjáns- Martinez, 2017). O diálogo permite que novas compreensões e sentidos emergam, e esses novos sentidos serem co-construídos pelo pesquisador e pelo participante.

As informações com as quais trabalharei são decursivos dos diversos registros realizados, durante as sessões. Esses registros compreendem apontamentos da rotina, desafios diários, trechos dos diálogos entre o participante e o pesquisador, de como foram percebidos e quais afetos foram demonstrados ao se falar sobre as temáticas discutidas nessa dissertação.

Os registros são parte constitutivos de pensamentos e interpretações que têm a Teoria da Subjetividade como fundamento, aspectos que de alguma forma possibilitam fazer elaborações importantes para a construção de um modelo teórico para o caso em questão. Ou seja, indicadores de naturezas diferentes podem ser produzidos em instrumentos diferentes capazes de acompanhar uma hipótese teórica, demonstrada por Afonso (2020) sobre a dinâmica conversacional pontuado por Gonzalez Rey.

Os instrumentos utilizados nesta dissertação foram: sistemas conversacionais e relatórios de sessões, elaborados após a psicoterapia do paciente,

Sistemas conversacionais

González Rey (2005) explicita que a dinâmica conversacional tem como foco conduzir o participante de pesquisa a campos significativos de sua experiência profissional, os quais são capazes de envolvê-la em sentidos subjetivos dos diversos espaços delimitadores da sua

subjetividade individual. As dinâmicas conversacionais são entendidas como interações complexas e fluídas que vão além da comunicação verbal. Elas envolvem gestos, expressões, tons de voz, e outros elementos que contribuem para a produção de sentidos subjetivos. A conversa, nesse contexto, é vista como um espaço onde os participantes expressam e constroem suas subjetividades de maneira ativa e interativa. O autor pontua que: “a partir desses espaços, o relato expressa, de forma crescente, seu mundo, suas necessidades, seus conflitos e suas reflexões, processo de novos processos simbólicos e emocionais” (p.126). De certa forma, o diálogo favorece um espaço construtivo- interpretativo para o surgimento de novos sentidos subjetivos, reflexões sobre os indicadores que podem estar presentes nas configurações subjetivas dominantes, no processo. Por meio do diálogo, os participantes engajam-se em um processo simbólico-emocional que permite a emergência de novos sentidos subjetivos e a criação de conhecimento de forma colaborativa. Essas dinâmicas enfatizam a flexibilidade, a inovação e a centralidade da conversa como um espaço onde a subjetividade se revela e se desenvolve, oferecendo uma perspectiva rica e dinâmica para a compreensão do desenvolvimento humano e das interações sociais.

Análise e Construção da Informação

Seguindo os pressupostos da Epistemologia Qualitativa, a construção da informação não aparece diretamente e nem explicitamente na resposta dos participantes, mas sim pelas hipóteses que ganham força no decorrer do diálogo, são organizadas pelos indicadores que o pesquisador constrói, fundamentado pelas expressões utilizadas pelo participante nos mais diversos contextos e momentos da pesquisa. Refere-se a um processo progressivo, dinâmico, contraditório e inacabado.

González Rey e Mitjáns- Martinez (2017), afirmam ser necessário compreender que o momento empírico, na teoria da subjetividade, envolve um processo em que os indivíduos são

agentes ativos no diálogo, caracterizando uma produção subjetiva e não como uma produção ontológica que reduz processos humanos em realidades dialógicas, omitindo a presença de subjetividade como uma produção diferenciada dos sujeitos. A partir deste diálogo, se constroem indicadores que se caracterizam como o primeiro momento de abertura dos caminhos sobre a construção teórica avançam, eles são fontes de outras ideias que transcendem e que elevam o valor heurístico no decorrer do teórico, porém é necessário que o pesquisador apresente um caráter ativo em relação à pesquisa para não arriscar ficar perdido na quantidade de informações.

Pelo caráter “vivo” desse processo, geralmente com imprevistos, que o pesquisador precisa estar o tempo todo se posicionando e acompanhando os diferentes caminhos presentes nas múltiplas informações recebidas, os quais González Rey e Mitjáns- Martinez (2017) definem como esta forma de pesquisa a lógica configuracional, pois se configura em um constante jogo de indicadores e hipóteses que aparecem sem outro apoio que o próprio construir do pesquisador. A partir da premissa da existência de sistema que está além de uma construção social, são as inteligibilidades construídas pelo saber que possibilitam, em um processo que González Rey denomina, de abrir novas zonas de sentido, com o intuito para a produção de novos conhecimentos. Estas zonas consistiram nos espaços de inteligibilidade produzidos pela pesquisa científica e que jamais se esgotam a questão que elas significam, no entanto, esses espaços abrem novas possibilidades para aprofundar em determinados campos de construção teórica

Caso João

João, um jovem de 24 anos, viveu uma infância e adolescência marcadas por desafios intensos e transformações profundas. Nascido em uma família de classe econômica baixa, é o mais novo de quatro filhos e cresceu em um contexto rigidamente moldado pela fé de sua

família, praticante da ordem Testemunhas de Jeová, uma comunidade religiosa conhecida por suas visões conservadoras, especialmente no que diz respeito à sexualidade. Sua identidade como homem gay, descoberta e vivida em meio desse contexto, logo se tornou fonte de tensões internas e externas.

Aos 11 anos João enfrentou uma das maiores perdas de sua vida: a morte súbita de seu pai. A tragédia familiar abalou não apenas o equilíbrio emocional, mas também a estrutura financeira da família. Sem a figura paterna, a mãe de João teve que tomar decisões difíceis, incluindo uma mudança de residência para se aproximar de duas tias, que ofereciam apoio emocional e prático. Essa mudança trouxe novas dinâmicas e desafios para João e seus irmãos, ao mesmo tempo em que tentavam processar o luto.

Ser o mais jovem da família significou para João crescer sob a sombra de expectativas já estabelecidas pelos irmãos mais velhos e pela forte religiosidade da mãe, agora ainda mais dependente do apoio familiar. No entanto, o confronto entre sua orientação sexual e os princípios religiosos da família foi se tornando cada vez mais evidente com o passar dos anos, intensificando os sentimentos de exclusão e inadequação. Além disso, sua condição econômica e a necessidade de viver em um contexto controlado pela moralidade estrita da religião, tornaram sua jornada de autodescoberta ainda mais desafiadora.

O contexto religioso, a perda do pai e a mudança repentina de residência configuraram um terreno complexo para João, que precisou lidar com camadas de luto, adaptação e repressão enquanto buscava afirmar sua identidade. Essas circunstâncias trouxeram questões profundas sobre pertencimento, aceitação e o delicado equilíbrio entre as expectativas familiares e religiosas e sua própria verdade pessoal.

A partir dessa introdução sobre o estudo de caso, trarei análise e a construção de informação do participante João e os indicadores.

Pesquisadora: Como foi a questão de se machucar, na primeira vez? Quais foram os motivos que te marcaram naquela fase da sua vida, depois que seu pai faleceu?

João: Então, acho que foi uma decisão que já estava encaminhada, algo que fica no fundo da cabeça sempre. Desde os 10 anos, eu comecei a me sentir depressivo e se intensificou quando meu pai faleceu. Já era algo que eu pensava, porém algo que me impedia de fazer, com essa idade. Tem gente que pensa fazer, mas acha um absurdo (se machucar).

João reflete sobre um possível autodiagnóstico de sua saúde mental, descrevendo suas produções subjetivas como uma patologia, o que sugere uma fragilidade nesse aspecto. Ao mesmo tempo, ele indica a necessidade de ter um motivo para se machucar, trazendo uma perspectiva que combina vulnerabilidade e autoanálise. Esse trecho revela um ponto importante: João compartilha a representação dominante de que os processos contraditórios da vida não surgem de um único momento, mas são frutos de interações contínuas e complexas. Quando ele menciona "algo que me impedia de fazer, como nessa idade", sugere que as influências sociais, como a família, têm um papel significativo em suas escolhas.

Dentro da teoria das representações sociais, proposta por Moscovici (2003), é relevante destacar que o social ultrapassa o caráter puramente objetivo e externo. As representações sociais são construídas com base nas relações e práticas dos membros de um grupo ou comunidade, simbolizando uma produção subjetiva coletiva. Contudo, há uma distinção entre essa teoria e a perspectiva da subjetividade social. No primeiro caso, a subjetividade social é simbolicamente organizada em torno das diferentes interações entre os indivíduos. No segundo, a subjetividade social envolve as produções subjetivas de cada indivíduo, refletindo aspectos emocionais e simbólicos que emergem das práticas dentro dos grupos sociais dominantes, e variam conforme as culturas, crenças e valores.

A subjetividade social não deve ser vista como um macrossistema, que determina os fenômenos sociais por sua estrutura, mas sim como um processo dinâmico, resultado das ações dos sujeitos sociais e individuais. Esses indivíduos, ao mesmo tempo que participam ativamente, também são inseparáveis das configurações subjetivas que integram. Essa relação indissociável entre o social e o individual se diferencia da teoria das representações sociais, pois, além dos aspectos simbólicos e emocionais das produções subjetivas, é necessária a ação ativa dos sujeitos em cada contexto cultural.

Com base nesses pontos, podemos refletir sobre a observação de que João "compartilha uma representação dominante de que os processos não se iniciam por um momento específico". Sua vivência atual não pode ser atribuída a um único evento em sua trajetória, mas sim ao modo como ele interage com sua família e ressignifica, de forma simbólica e emocional, essas relações e seu lugar no mundo. A dinâmica familiar de João parece revelar uma certa vulnerabilidade, especialmente em questões ligadas à saúde mental, um tema que nunca foi abordado por sua família. Ele menciona, por exemplo, sua mãe, que aparece em diversos momentos como uma figura melancólica, introspectiva e vulnerável, por meio de conversas difíceis, sem conseguir protagonizar situações desafiadoras, como a perda do esposo e pai de seus filhos. Simbolicamente, é possível compreender que a forma de subjetivar questões emocionais e de saúde mental, no contexto familiar, é tratada de forma silenciosa, ao ser discutida, quase como um "pecado" ..

Pesquisadora: Absurdo? Em como pensar em me machucar para lidar com os desafios, por exemplo?

João: Absurdo ao pensar na dor; cometer um crime ao me cortar ,ao fazer algo contra o desejo de Deus. Mas, para mim, eu sempre pensava em me machucar de outras formas, mas demorei um tempo para agir. Ainda bem que demorei para agir, porque imagina uma criança

fazendo isso, seria muito mal/ prejudicial. Eu já era uma criança que tinha muitos problemas e que talvez não conseguiria esconder as marcas da minha mãe. Ela ficaria mais doente por essa situação (fibromialgia e depressão).

Nesse trecho, podemos observar novamente a importância da subjetividade social da família para João. Há um forte valor religioso no contexto, que orienta seu modo de ser e agir diante das diversas situações cotidianas. Esse valor externo atua como um critério de escolha que não é diretamente determinado por João, mas sim vinculado às figuras de sua mãe e de Deus. Diante disso, nota-se que João adota uma postura que pode ser interpretada como victimista, justificando suas atitudes com base em sua relação com o outro.

João demonstra uma atitude de subordinação à subjetividade social da sua família, tanto pela dificuldade de expressar seus sentimentos, pensamentos, desejos e crenças, quanto pela existência de um passado que não pode ser verbalizado, criando uma dinâmica de segredo que se torna angustiante. A ausência de diálogo faz com que essa angústia crie raízes nas relações familiares, afetando o emocional e o simbólico de cada membro, o que gera afastamento e estranhamento, impactando diretamente o posicionamento de João diante dos desafios da vida.

Essa postura passiva contribui para o surgimento de resistência, angústia, pensamentos auto lesivos e uma tendência a evitar as dificuldades e conversas difíceis. Um exemplo disso, é a resistência de João em lidar com contextos que mobilizam sofrimento durante o processo terapêutico, chegando em algum momento a abandonar o tratamento por não se reconhecer como sujeito ativo de sua história e de seus sentimentos.

João: A família do meu namorado, não mora em Brasília, mas eles também são testemunhas de Jeová. Quando descobriram que o primo do namorado era gay, toda a família foi “expulsa” da Igreja, pois é errado pela perspectiva de Deus. Se esse primo tivesse passado pela “cura gay”, a família até poderia continuar na Igreja, mas essa cura tem dois caminhos:

ele ter abdicado da sexualidade e não se casar, como é o caso de algumas pessoas, ou casar com uma mulher e aceitar que não é mais gay. Essa cura não aconteceu comigo, no caso da minha família, porque eu não frequentava mais a Igreja e minha mãe nunca comentou com os “irmãos”, por ser importante para ela continuar convivendo na religião e não interessar a eles.

A forte presença da religiosidade na configuração subjetiva da família de João exerce um impacto profundo na maneira como ele e seus familiares vivenciam e simbolizam suas experiências. Na dinâmica familiar, a subjetividade social é dominada pelas crenças e dogmas religiosos, que influenciam diretamente as decisões e comportamentos de todos. Esse contexto gera um medo constante da igreja, que se torna um fator importante no mal-estar que João vivencia. A crença em um conjunto rígido de certo e errado, definidos por Deus, cria uma atmosfera de intolerância, não pertencimento, desamparo, solidão e disfuncionalidade, especialmente no que diz respeito à sexualidade. Para João, qualquer aspecto de sua vida que não esteja em conformidade com os ensinamentos da igreja é visto como inválido, não pertencente ao mundo religioso no qual foi criado.

João vive sob sistemas de controle, nos quais a igreja exerce uma influência poderosa sobre suas ações e decisões. Embora ele tenha encontrado uma certa tranquilidade ao perceber que não foi expulso da família por se afastar da religião, esse tema permanece como um tabu nas interações familiares. A rigidez e o controle exercidos pelos membros da religião moldam uma subjetividade que dita comportamentos e limita a expressão pessoal de João. Sua sexualidade, por exemplo, precisa ser mantida em segredo, o que reflete a intolerância e o julgamento presentes no contexto religioso. A subjetividade social da igreja brasileira permeia a vida de João, estabelecendo normas e expectativas das quais sente a pressão de seguir, mesmo quando estas contrariam sua própria identidade e necessidades emocionais.

Os trechos anteriores sugerem que produções subjetivas sociais, especialmente os ligados à religião, atuam como mobilizadores e norteadores das ações e escolhas de João. Em situações de frustração, como o episódio envolvendo um amigo, João internaliza a culpa e responde com comportamentos autodestrutivos, como se cortar nas pernas. Esses comportamentos revelam baixa autoestima e um senso de vitimização, aspectos reforçados pela subjetividade social de sua família, fortemente orientada pela figura de Deus como uma autoridade suprema. Esse autoritarismo religioso permeia a forma como João subjetiva o mundo, impondo um modelo rígido de certo e errado que influencia suas escolhas e atitudes. A relação contraditória com a igreja e a dificuldade em expressar seus sentimentos e angústias refletem o conflito interno que João enfrenta ao tentar conciliar sua identidade pessoal com as expectativas religiosas impostas por sua família.

Pesquisadora: Me conte como foram os dois momentos em que você se cortou.

João: A primeira vez que me cortei foi com 17 anos, eu tinha marcado um jogo virtual com um amigo, ele não apareceu e eu acabei ficando muito bravo e frustrado com ele. Naquela época, eu me sentia muito frustrado comigo mesmo por ter perdido meu pai, ser socialmente estranho e aquela situação fugiu do meu controle, eu precisava me punir por essa questão. Meu amigo disse que dormiu no momento, não me avisou, mas eu sentia que era responsável por não ter dado certo o jogo e que eu tinha dado motivos para esse amigo não aparecer. Os cortes foram na perna, eu me senti muito estranho; de não ser o amigo mais legal/ o mais carismático e me machucar foi uma forma de me punir por me sentir assim/ não ter qualidades/ ninguém gosta de mim/ ninguém me comprehende, por isso fui deixado na mão. Porém dessa vez, minha mãe não tinha descoberto (os cortes)

A dificuldade em subjetivar o processo de angústia e sofrimento é um desafio recorrente em contextos familiares onde predomina a passividade. No caso de João, a configuração

subjetiva de sua família é marcadamente passiva, na qual nenhum dos membros se posiciona diante dos problemas cotidianos ou das decisões difíceis. Essa falta de engajamento e diálogo contribuem para o aumento do sofrimento emocional de João, que se sente isolado em sua dor. O adoecimento emocional torna-se um processo solitário e individual, exacerbado pela ausência de qualquer abordagem aberta sobre a doença física de seu pai. Essa omissão reforça um contexto em que os sentimentos são suprimidos e não compartilhados, dificultando ainda mais a subjetivação do sofrimento.

A relação com a figura materna desempenha um papel crucial no desenvolvimento emocional de João. Sua percepção de infelicidade e frustração é frequentemente projetada nos outros, o que indica uma tendência a responsabilizar terceiros por seus sentimentos negativos. Esse comportamento pode ser visto como uma manifestação de birra, refletindo uma postura imatura diante dos desafios e dificuldades da vida. Em vez de assumir um papel ativo e protagonizar sua própria história, João frequentemente se coloca como vítima, o que reforça um ciclo de vitimização que impede seu crescimento pessoal. Essa dinâmica é evidente em seus comportamentos autodestrutivos, como a automutilação na adolescência e o abuso de álcool na vida adulta.

Os momentos que exigem protagonismo ou uma postura ativa de João são justamente aqueles que mais ressaltam sua configuração subjetiva de vitimização. Diante de escolhas difíceis, ele tende a escolher caminhos que perpetuam sua dor e sofrimento, em vez de buscar soluções que poderiam melhorar sua qualidade de vida. Esse padrão de comportamento autodestrutivo não apenas agrava sua angústia, mas também afeta negativamente suas relações e oportunidades. A falta de uma rede de apoio familiar que ofereça suporte e orientação faz com que João continue preso nesse ciclo vicioso, onde a passividade e a responsabilização do outro atuam como barreiras para seu desenvolvimento emocional e bem-estar geral.

João: Na segunda vez, eu tinha tido uma briga com meu ex-namorado, me senti vulnerável/ bravo comigo mesmo por não me sentir um bom namorado, nem o mais legal e nem o mais carinhoso e me cortei na perna. Mais tarde, eu me deitei na cama da minha mãe, junto com ela, para assistir TV e ela acabou vendo as marcas. Na hora, ela brigou muito comigo, me questionando o porquê de ter feito isso, o que tinha passado na minha cabeça, mas ela estava bem magoada e chateada comigo. Eu me sentia um peso na vida das pessoas ao falar que não estava bem, me sentia angustiado e eu me machuquei para aliviar a dor. Porém, quando me cortei, a dor aliviou, mas ver a reação da minha mãe, eu senti que ela aumentou e percebi que não valia a pena por gerar só confusão e brigas.

Mas com essa situação, a minha mãe percebeu que eu precisava de ajuda. Então, ela começou a procurar terapia para mim e ficar mais atenta a mim. Eu me sinto mais um peso na vida da minha família, quando eu não conto nada que está acontecendo para eles. Neste trecho, mais uma vez observamos o movimento de vitimização de João diante das dificuldades da vida. Ele demonstra uma incapacidade recorrente de lidar com desafios, angústias e emoções intensas geradas por situações que, com um foco no desenvolvimento subjetivo e no crescimento pessoal, poderiam ser abordadas de forma mais consciente e ativa. No entanto, João escolhe a passividade, reforçando o ciclo de sofrimento e vitimização que já foi evidenciado anteriormente.

Em vez de adotar uma postura protagonista, assumindo controle sobre suas emoções e escolhas, ele permanece imobilizado por mecanismos de defesa, acreditando que algo em sua essência necessita ser desbloqueado ou transformado, nutrindo a esperança de uma intervenção externa quase milagrosa para que possa superar a paralisia e retomar o controle de sua própria trajetória. Esse comportamento reflete uma configuração subjetiva que tem raízes profundas na dinâmica familiar e social em que João está inserido. As influências externas, como o peso

da figura materna e os valores religiosos dominantes, criam uma estrutura subjetiva que norteia suas ações e escolhas internalizadas que passam a ser um modo de ver o mundo e se posicionar.

Apesar das iniciativas de sua mãe, como procurar terapia e oferecer maior atenção, João continua a interpretar essas ações como um sinal de que ele é um peso para a família, o que agrava ainda mais sua sensação de culpa e de insuficiência. Mesmo diante da possibilidade de crescimento oferecida pelo apoio terapêutico e familiar, João permanece preso à configuração subjetiva passiva que o impede de agir como protagonista de sua própria história. Essa postura reforça o ciclo de autossabotagem e o distanciamento emocional, dificultando tanto a resolução dos conflitos internos quanto o estabelecimento de relações mais saudáveis e equilibradas.

Assim, vemos que a subjetividade social familiar continua a exercer uma influência poderosa sobre João, moldando a maneira como ele vivencia suas emoções e suas interações com o mundo. A dificuldade de romper com esse padrão passivo e vitimista é central para o entendimento das escolhas e comportamentos autodestrutivos que João perpetua, mesmo diante de oportunidades de mudança e crescimento.

Pesquisadora: Comenta sobre sua família, como é sua relação com seus irmãos e sua mãe.

João: Com ninguém da minha família, eu não tenho interesses em comuns. Eles são pessoas simples, basicamente vão à igreja, assistem TV, cada um faz sua refeição sozinho. Não saímos, não consigo conversar com eles sobre nada. Meu irmão, por ter deficiência intelectual, acompanha minha mãe na Igreja; minha irmã se casou e mudou para outra cidade, em Minas Gerais, como missionária da igreja para ter mais fiéis e é única pessoa que seguiu as expectativas e desejos da minha mãe; meu irmão do meio não frequenta a igreja, trabalha e é pai solo, mas não temos nada em comum para conversar. Minha família não tem o costume de ter conversas difíceis e sérias, eles mantêm os mesmos assuntos sobre igreja e fé e eu fico

isolado dentro do quarto ou saio com meu namorado para fazer coisas diferentes. Nesses momentos que saio com meu namorado ou fico isolado no quarto, eu bebo álcool e uso o dinheiro que minha mãe me dá por mês para gastar. Quando meu pai faleceu, minha família não me contou sobre o motivo ou se ele estava passando mal há muito tempo. Ele sempre foi muito calado, não fazíamos nada em família e ia para Igreja por ser criança e me sentia sozinho, muitas vezes. Quando meu pai faleceu, minha mãe sofreu calada, minha irmã se casou, meu irmão do meio também é muito calado e assim, é minha família. Ninguém fala sobre nada.

João vive em um contexto familiar profundamente marcado pelo isolamento emocional. Ele percebe que sua família não demonstra interesse ou cuidado mútuo, o que gera um clima de indiferença, deixando-o se sentindo solitário, invisível e emocionalmente desconectado. Incapaz de encontrar um espaço para ser ouvido ou compreendido, João busca refúgio no álcool e, em momentos de maior desespero, recorre à automutilação como uma forma de aliviar a dor e chamar atenção para si, mesmo sabendo que isso gera mal-estar e desconforto.

Sua percepção da família é uma mistura de distanciamento e ressentimento, mas, paradoxalmente, João ainda deseja fazer parte desse núcleo familiar. Esse desejo não correspondido aprofunda seu sofrimento e agrava seu sentimento de exclusão. Ele rejeita a maneira como sua família se organiza e interage, o que reflete seu descontentamento profundo com a dinâmica familiar. Assumindo uma postura de vítima, João sente que sua família lhe deve algo que ele nunca recebeu — seja cuidado, atenção ou compreensão.

Nesse contexto, a automutilação se transforma em uma forma extrema de comunicação, um ato desesperado para expressar emoções e necessidades que ele não consegue verbalizar. Através desse gesto, João tenta chamar a atenção de sua família, mostrando o quanto se sente negligenciado e isolado, na esperança de, finalmente, ser visto e ouvido.

J: Na minha família, não conseguimos conversar sobre nada. Inclusive, uma coisa que chateia a minha mãe, por princípios religiosos e financeiros, é que meu irmão Pedro tem um filho, se divorciou recentemente e voltou a morar com a minha mãe. Ele não costuma ajudar minha mãe com as contas, nem com as tarefas domésticas e nem concorda com esse divórcio e ver o neto quinzenalmente. Minha mãe não se mete com a criação do meu sobrinho, mas ela não é presente nem em brincadeiras com ele. Minha família costuma ser ausente emocionalmente, cada um na sua rotina e nos seus rituais; minha irmã e meu irmão mais velhos são as únicas pessoas que tem os mesmos costumes religiosos, vão à igreja e são os filhos “perfeitos”. Quando meu pai faleceu, eu percebia minha mãe chateada e preocupada com a gente (filhos), porém quando minha irmã mudou de cidade com o esposo, ela realmente se isolou e demonstrou muito mais tristeza. Sei que ela se sente sozinha, mas eu não consigo conversar com ela pois ela vai se ressentir e sofrer pelas minhas questões. Então, eu finjo que estou bem para ela estar bem, para protegê-la.

João vive em um contexto familiar marcado por uma aceitação superficial por parte de sua mãe, que mantém uma aparência de acolhimento, mas impõe critérios rígidos influenciados pelas normas da igreja. Essa rigidez, permeada por valores religiosos estritos, provoca em João sentimentos de raiva e mal-estar constantes. A relação com sua mãe é profundamente contraditória: ele alterna entre o ressentimento pela falta de aceitação genuína e a idealização de uma proteção que ele nunca realmente recebeu. Essa ambivalência emocional intensifica seu sofrimento, contribuindo para seu estado de isolamento e insatisfação.

Os filhos, incluindo João, reagem à postura inflexível e contraditória da mãe explorando financeiramente a situação, numa tentativa de exercer algum controle ou influência sobre ela. Essa dinâmica tóxica aprofunda ainda mais os sentimentos de raiva e frustração de João, ao mesmo tempo em que ele anseia por uma conexão mais autêntica e proteção materna. A tensão

entre seu desejo de aceitação e a realidade da rigidez materna, somada à exploração financeira, cria um ciclo vicioso de conflito e mal-estar, reforçando sua sensação de isolamento e incompreensão dentro da família.

Essa disfuncionalidade familiar agrava os sentimentos de raiva e culpa em João, que se sente excluído e preso em sua passividade. Em vez de adotar uma postura mais ativa, como procurar um emprego para se sustentar e conquistar a atenção de maneira mais saudável, João permanece preso em um ciclo de submissão e autocomiseração. Sua incapacidade de se responsabilizar por suas escolhas e de buscar alternativas para superar a exclusão e o isolamento só intensifica seu mal-estar e perpetua a dinâmica negativa dentro da família.

Considerações finais

Ao se tornar sujeito de sua própria trajetória, esse processo pode ser atribuído à confluência de sentidos subjetivos individuais e sociais, possivelmente limitaram seu desenvolvimento. A rigidez dos valores familiares e religiosos, aliada às dificuldades de aceitação pessoal, impediram que ele encontrasse espaço para construir sua própria narrativa. Esse bloqueio emocional e simbólico reflete o desafio de construir a subjetividade em meio ao confronto entre a identidade individual e as expectativas sociais, o que o manteve em um estado de passividade, incapaz de apropriar-se de sua própria história.

A dificuldade em se tornar sujeito de sua própria trajetória configura-se como um processo de vida complexo e gradual, marcado por desafios de ordem psicológica, social e emocional. Desde a infância, o indivíduo é fortemente influenciado por valores familiares, normas culturais e pressões sociais que impõem expectativas sobre quem ele deve ser e como deve agir. Essas imposições externas geram, muitas vezes, um conflito interno, dificultando a expressão das aspirações e desejos pessoais e criando uma condição de passividade que impede o protagonismo de sua própria vida.

Como psicoterapeuta, é fundamental atuar de forma acolhedora e reflexiva, ajudando o paciente a romper com esses padrões limitantes. No processo terapêutico, incentivo a autoexploração e o autoconhecimento, criando um espaço seguro para que ele possa, gradualmente, questionar as crenças internalizadas e se reconectar com seus desejos mais autênticos. A psicoterapia, nesse sentido, torna-se um processo essencial para a construção de uma narrativa de vida coerente e autônoma, em que o indivíduo possa assumir sua história como protagonista. Um exemplo prático desse trabalho pode ser observado no contexto da escolha de carreira ou na preparação para o vestibular, em que, muitas vezes, surgem sentimentos de ansiedade e pressão social. Nesses momentos decisivos, o papel do terapeuta é ajudar o paciente a identificar e acolher suas vulnerabilidades, ao mesmo tempo em que o estimula a construir suas próprias escolhas, desafiando as expectativas externas e conectando-se com suas verdadeiras aspirações.

No entanto, superar tais dificuldades requer, além do desenvolvimento da capacidade de fazer escolhas autênticas, a aceitação da responsabilidade por essas escolhas e o reconhecimento de si mesmo como protagonista de sua própria história. É uma jornada que exige a superação de medos, a aceitação de vulnerabilidades e o fortalecimento da confiança para lidar com as incertezas inerentes à liberdade. Dessa forma, tornar-se sujeito envolve um movimento contínuo de construção e reconstrução da própria identidade, à medida que o indivíduo integra suas experiências, valores e objetivos em uma narrativa pessoal coerente e autêntica.

Esse ato de subjetivação não se configura como um estado final, mas como uma prática diária de autoconsciência e crescimento, por meio da qual o sujeito reafirma continuamente sua autonomia, mesmo diante de pressões externas e limitações pessoais. O encerramento da psicoterapia, por exemplo, pode revelar-se um fator determinante ao restringir o

desenvolvimento de estratégias mais eficazes para o participante lidar com suas angústias. Embora o espaço terapêutico tenha proporcionado um contexto seguro para a autorreflexão, o progresso é frequentemente limitado pela falta de envolvimento ativo do participante no processo. Sua relutância em assumir um papel protagonista no cuidado de sua saúde mental evidencia a dificuldade em enfrentar tanto suas próprias tensões internas quanto as pressões externas, o que agrava, de forma significativa, o processo de autotransformação.

Nessa perspectiva, é importante considerar que essa resistência ao protagonismo pode ser impulsionada pelo medo do desconhecido ou pela dificuldade em lidar com sentimentos desconfortáveis, produções subjetivas que inibem o desenvolvimento da autopercepção necessária para o fortalecimento emocional. Em suma, a ausência de reflexão e de envolvimento ativo no autoconhecimento restringe a capacidade de adaptação e transformação, comprometendo, assim, o desenvolvimento de uma subjetividade verdadeiramente autônoma e plena.

A falta de engajamento no cuidado e no protagonismo de sua história resulta da combinação de produções subjetivas sociais, psicológicos e emocionais. A ausência de uma rede de apoio consistente, o conflito entre suas crenças e identidade, e a falta de mecanismos de resiliência dificultaram o envolvimento do participante no processo de mudança. Isso ressalta a importância de se criar condições favoráveis ao desenvolvimento saudável e autônomo, além de reforçar a necessidade de intervenções mais assertivas que auxiliem indivíduos em situações similares a assumirem maior controle sobre suas vidas e trajetórias.

Pesquisas futuras podem se aprofundar na análise das interações entre classe social, identidade sexual e religião no desenvolvimento subjetivo de jovens em contextos vulneráveis. Ao explorar como esses sentidos subjetivos se inter-relacionam, seria possível entender de forma mais ampla os obstáculos que limitam o protagonismo de jovens que enfrentam tais

pressões. Além disso, é necessário investigar mais detalhadamente como diferentes formas de apoio, como redes familiares e institucionais, podem influenciar positivamente o desenvolvimento da autonomia e a capacidade de se tornar sujeito desses indivíduos.

Por fim, é fundamental aprofundar o estudo do papel das políticas públicas no apoio ao desenvolvimento subjetivo de jovens em situações de vulnerabilidade. Pesquisas futuras poderão focar na avaliação da eficácia de programas sociais, educacionais e de saúde mental, que busquem possam promover o fortalecimento da identidade e autonomia desses jovens. Essas investigações devem identificar as lacunas existentes e propor intervenções mais eficazes, capazes de criar contextos que favoreçam o desenvolvimento de uma subjetividade saudável. Além disso, essas políticas devem buscar proporcionar espaços de pertencimento, inclusão e reconhecimento, ajudando os jovens a enfrentar os desafios com resiliência e a assumir um papel de protagonismo em suas trajetórias pessoais e sociais.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, W. M.J., Bock, A. M. B. & Ozella, S. A. (2007). *A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica*. In: Bock, A.M.B., Gonçalves, M. & Furtado, G. M. (Eds.). *Psicologia sócio-histórica* (3 ed. pp. 163-178). Cortez
- Araújo, J.F.B (2019). *Cortes que viram cartas: Ensaios sobre automutilação na clínica psicanalítica*. [Tese de Doutorado publicado]. Universidade de Brasília.
- Ariès, P. (1973). *História social da criança e da família*. Livros técnicos e científicos.
- Bizri, E. R. Z. (2014). Self cutting: uma visão psicanalítica sobre os transbordamentos pulsionais no corpo. *IV Congresso internacional de psicopatologia fundamental*.
- Eposito, E. (2022). *Um meio malével: aportes psicanalíticos para grupos terapêuticos de indivíduos com comportamento suicida ou de automutilação* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo.
- González Rey F. & Mitjáns- Martínez, A. (2017). Subjetividade: teoria, epistemologia e método. Alínea.
- González Rey F. L. (2010). As configurações subjetivas do câncer: um estudo de casos em uma perspectiva construtivo-interpretativa. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(2), 328-345.
- González Rey, F. L. . (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Cengage.

González Rey, F.L. (2012). O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva cultural-histórica. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 167-185.

González Rey, F.L. (2012). Sentidos Subjetivos, linguagem e sujeito: implicações epistemológicas de uma perspectiva pós-racionalista em psicoterapia. In: A. F. Holanda (Eds.). *O campo das psicoterapias: reflexões atuais*. (pp. 47-71). Curitiba: Juruá.

Goulart, D. M. (2019). *Saúde mental, desenvolvimento e subjetividade: da patologização à ética do sujeito*. Cortez.

Goulart, D.M & González Rey, F.L (2017). Subjetividade, sujeito e saúde mental: um estudo de caso para além da lógica da patologia. In: V.D Mori, & L.O Campolina (Eds.), *Diálogos com a teoria da subjetividade: reflexões e pesquisas* (pp. 15-45). CRV.

Jucá, V.D & Vorcaro, A.M.R (2018). Adolescência em atos e indivíduos em ato na clínica psicanalítica. *Psicologia USP*, 29(2), 246-252.

MacCrimmon, K.R., Wehrung, D.A. & Stanbury, W.T. (1986). *Taking risks: the management of uncertainty*. Free Press.

Madeira-Coelho, C. M. Desafios da formação docente: contribuições da Teoria da Subjetividade na perspectiva cultural-histórica. In A. Mitjáns-Martínez, F. González Rey, Puentes R. V. (Eds.) *Epistemologia qualitativa e Teoria da Subjetividade: discussões sobre educação e saúde*. EDUFU.

Mitjáns-martinez (2019). *Subjetividade, aprendizagem e desenvolvimento- estudos de caso em foco*. In Tacca M. C. V. R. , Mitjáns-Martínez A., González Rey F. L. & Coelho C. M. M. (Eds.). Alínea.

Moraes W. C. (2018). *Angústias da Automutilação* [Trabalho de conclusão de Curso publicado]. Universidade Faculdades Atibaia.

Outeiral: J.O. (1994). *Adolescer: estudos sobre adolescência*. Artes Médicas

Reis, M.N. (2018). Automutilação: o encontro entre o real do sofrimento e o sofrimento real. *Polêmica*, 18(1), 50-67.

Rogers C.(1992). *Terapia Centrada no Cliente*. Martins- Fontes.

Rossato, M. (2019). Contribuições da Epistemologia Qualitativa na mobiização de processos de desenvolvimento humano. In: A. Mitjáns-Martínez, F.L. González Rey, & R.V. Puentes (Eds.). *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade: Discussões sobre Educação e Saúde*. (pp. 135-156). EDUFU.

Silva, P. M. (2012). Automutilação na adolescência: o acesso a tratamento médico como direito fundamental. *19th World Congress on Medical Law*.

Tacca M. C. V. R. (2019). *As relações sociais como alicerce da aprendizagem e do desenvolvimento subjetivo: uma abordagem pela Teoria da Subjetividade*. In A. Mitjáns Martínez, F. L. González Rey & R. V. Puentes, *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade: Discussões sobre Educação e Saúde* (1 ed., pp 135-159). EDUFU.

Teles P. M. & Teixeira M. T. N. P. (2021). *Sofrimento psíquico em indivíduos contemporâneos*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Alfaunipac.

Anexo

Anexo A-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Processos subjetivos no fenômeno da automutilação: um estudo de caso

Instituição da pesquisadora: Centro Universitário de Brasília- UniCEUB

Professor orientadora: Prof. Dra. Valéria Deusdará Mori

Pesquisadora responsável: Teresa Salim de Araújo

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo visa compreender os diversos modos que a automutilação como processo simbólico e emocional, configurado subjetivamente no indivíduo
- Você está sendo convidado a participar exatamente por ter apresentado histórico de automutilação e ser uma vivência de sofrimento psíquico atual.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em participar de uma dinâmica conversacional
- O procedimento é a realização de gravações, a cada encontro.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada em consultório particular.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos pois os questionamentos remetem à um momento de sofrimento ou angústia. Será mantido o sigilo das informações.
- Medidas preventivas serão tomadas durante se o participante necessitar de atendimento psicológico, será encaminhado ao atendimento psicológico do Centro de Atendimento

Psicossocial (CAPS) ou Psicólogo responsável pelo seu processo terapêutico para minimizar qualquer risco ou incômodo. Tais medidas preventivas são exemplificadas em: interrupção imediata da pesquisa, acionamento da rede de apoio, encaminhamento para Centros de Atenção Psicossocial adulto (CAPS- II).

- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá enriquecer a discussão sobre a automutilação, impacto desse fenômeno no desenvolvimento subjetivo, a partir da perspectiva da teoria da subjetividade, segundo González Rey além de contribuir para maior conhecimento sobre as vivências subjetivas de tal temática e quais seus desdobramentos nos espaços sociais.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados como gravações e anotações ficarão guardados sob a responsabilidade da aluna Teresa Salim de com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de ____ de ____.

Participante

Dra. Valéria Deusdará Mori pesquisadora assistente, email institucional:
valeria.mori@ceub.edu.br

Teresa Salim de Araújo- pesquisadora responsável, email institucional:

teresa.salim@sempreceb.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição:

Endereço:

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade:

Telefones p/contato